



**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

EXERCÍCIO DE 2010

1. No uso da competência prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de Dezembro, o Conselho de Auditoria emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do exercício findo de 2010.
2. A SCML é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública administrativa, cujos fins são os seguintes: *“...realização da melhoria do bem-estar das pessoas, prioritariamente dos mais desprotegidos, abrangendo as prestações de acção social, saúde, educação e ensino, cultura e promoção da qualidade de vida, de acordo com a tradição cristã e obras de misericórdia do seu compromisso originário e da sua secular actuação em prol da comunidade, bem como a promoção, apoio e realização de actividades que visem a inovação, a qualidade e a segurança na prestação de serviços e, ainda, o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da economia social”* (nº 1 do artigo 4º dos Estatutos).

Integram a actual estrutura orgânica da entidade cinco Departamentos (de Acção Social e Saúde, da Qualidade e Inovação, de Empreendedorismo e Economia Social, de Gestão Imobiliária e Património e de Jogos), a Secretaria-Geral e os serviços instrumentais (Direcções Financeira, de Recursos Humanos, de Aprovisionamento, de Gestão de Instalações e Equipamentos, de Sistemas e de Tecnologias de Informação Interna e os Gabinetes de Auditoria Interna, Jurídico, de Estudos e Planeamento, de Organização e Métodos, para os Assuntos dos Fundos Externos e o Gabinete de Imprensa).

Fazem parte ainda desta estrutura o Hospital Ortopédico de Sant'Ana - HOSA - (cujo regulamento foi aprovado por deliberação da Mesa, com o nº 531/95, de 23 de Fevereiro), o

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão - CMRA - (Decreto-Lei nº 274/91, de 7 de Agosto) e a Escola Superior de Saúde do Alcoitão - ESSA - (Regulamento nº 478/2009, de 24 de Novembro, publicado do Diário da República, 2ª Série, de 2 de Dezembro de 2009). Nos termos dos regulamentos/estatutos próprios, estes três últimos serviços possuem contas próprias, que fazem parte integrante das contas da SCML.

3. Em 31 de Dezembro de 2010, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.134 (+ 27 efectivos do que em 2009 traduzindo um acréscimo de 0,7%), cujo vínculo laboral predominante era o contrato individual de trabalho (81%). Cerca de 59% destes trabalhadores encontra-se afecto ao Departamento de Acção Social e Saúde (2.427 efectivos). A taxa de absentismo global foi de 5,88 %.

Por seu turno, o número de prestadores de serviço ascendia a 636 (+ 46 do que em 2009), maioritariamente ajudantes familiares (438) e amas (93).

4. Em termos da actividade assistencial desenvolvida em 2010 pela SCML há a destacar os seguintes aspectos:

- a) Os gastos com a acção social, que ascenderam a 103,1 milhões de euros (equivalendo aos gastos do Departamento de Acção Social e Saúde) e estão relacionados, entre outros, com a Equipa de Crianças em Risco, os Lares de Crianças e Jovens, a Creche e Jardim de Infância, a Animação Sócio-Cultural e Sócio-Educativa e as Outras valências para Crianças e Jovens, o Apoio Domiciliário, o Lar de Idosos e Centro de Dia e outras valências para Idosos, o apoio à Apoio à Família e Comunidade, a Aldeia de Santa Isabel, o apoio na Problemática VIH / SIDA e à Vítima de Violência Doméstica, o Programa de Promoção Social dos Ciganos, a Orientação, Formação e Inserção Profissional, o Lar de Deficientes Graves ou Profundos e o projecto Saúde de Proximidade;
- b) A taxa média de ocupação do HOSA fixou-se nos 59 % (- 4,2 % do que em 2009, a que não é alheia a redução da lotação de 62 para 57 camas), enquanto o número total de

cirurgias foi de 2.404 (+ 3%) e, consequentemente, a taxa de utilização do bloco aumentou. Foram, ainda, efectuadas 29.753 consultas externas (+ 7%), 136.655 tratamentos de medicina física e reabilitação (+ 13 %) e 26.814 exames de radiologia (+ 22 %). O número de dias de internamento dos doentes saídos foi de 12.312 (-13 %); e

c) A taxa de ocupação do internamento do CMRA situou-se nos 77 % (igual ao ano anterior), foram realizadas 9.540 consultas externas (- 5%), 4.041 meios complementares de diagnóstico (+ 4,7%) e 624.220 actos terapêuticos (+ 2,5). No último ano, registou-se ainda um aumento da lotação de 131 para 144 camas.

5. Em 31 de Dezembro de 2010, o património imobiliário gerido pela SCML era composto por 530 imóveis (385 prédios urbanos, 123 prédios rústicos e 22 prédios mistos) e 1.279 jazigos. Ainda na área do património, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o objectivo de garantir a salvaguarda da titularidade do património afecto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava, no final de 2010, 11 imóveis e apresentava um valor líquido de 55,4 milhões de euros (decréscimo face aos 59,4 milhões de euros registados no final de 2009 e aumento ligeiro em relação aos 55,3 milhões de euros observados no final de 2008).
6. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício de 2010, a actividade desenvolvida pela SCML, essencialmente através da análise das actas da Mesa e de outra informação que foi remetida pelos Departamentos da Instituição ou solicitada pelo Conselho, bem como através de reuniões com o Provedor, com membros da Mesa e com responsáveis de diversos Departamentos e Serviços Instrumentais da SCML, incluindo o Gabinete de Auditoria Interna, para apreciação dos assuntos mais relevantes na gestão da entidade. Neste exercício, foram também efectuadas visitas a estabelecimentos da SCML, tendo em vista uma melhor percepção, no local, do funcionamento destes.
7. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou especialmente o Relatório e Contas de 2010, que lhe foi apresentado pela Mesa no dia 28 de Março do corrente ano (entretanto objecto de apreciação e aprovação em reunião daquele órgão em 29 de Março), e que



compreende o Relatório de Gestão e Contas de 2010, que constitui o relatório das actividades desenvolvidas pelas várias estruturas da Instituição durante o ano de 2010, as Contas de 2010 da SCML, nelas se integrando as demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos às demonstrações financeiras) relativas aos serviços centrais da SCML, que compreendem os Departamentos de Acção Social, Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património, Serviços Instrumentais, as demonstrações financeiras relativas ao HOSA, ao CMRA, à ESSA, e ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004” (aprovadas pela respectiva Comissão Executiva em 4 de Março de 2011), que constituem as contas consolidadas da SCML incluindo o Fundo “Santa Casa 2004”.

Completa esta documentação o Relatório e Contas de 2010 do Departamento de Jogos, que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no passado dia 23 de Março.

As demonstrações financeiras consolidadas da SCML de 31 de Dezembro de 2010 - que integram no seu perímetro de consolidação o Fundo de Investimento Imobiliário Santa Casa, mas não incluem as contas separadas do Departamento de Jogos - foram preparadas de acordo com o novo referencial contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. Por seu turno, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2009 tinham sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade, também referido neste documento como “POC”). No processo de transição do normativo POC para o normativo SNC, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram reexpressos de acordo com o novo referencial contabilístico. Como se encontra adequadamente divulgado no Anexo às demonstrações financeiras, com a reexpressão das contas de 2009 de POC para SNC resultou a diminuição dos Capitais Próprios consolidados da SCML de 507,26 milhões de euros para 502,89 milhões de euros.

8. Conforme também se encontra adequadamente divulgado no Anexo às demonstrações financeiras do Departamento de Jogos, a reexpressão das contas de 2009 de POC para SNC

implicou um aumento dos Capitais Próprios do Departamento de Jogos de 731,5 milhares de euros para 46,26 milhões de euros, sendo a principal componente desta evolução (40,86 milhões de euros) a reclassificação dos fundos *on-line* para renovação de equipamento.

9. Nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos, o Conselho de Auditoria esclareceu-se sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, reuniu com estes e apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 24 de Março (Departamento de Jogos) e em 30 de Março (restantes casos). Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.

10. Em relação às contas apresentadas, destacamos as seguintes situações:

- (i) Com a constituição, no primeiro trimestre de 2008, pelo valor de 121,5 milhões de euros, do Fundo de Pensões Santa Casa, a responsabilidade da SCML com participação em pensões de reforma e sobrevivência foi integralmente transferida para o referido Fundo. Estas responsabilidades, bem como o valor do Fundo de pensões, foram objecto de reavaliação, efectuada em estudo actuarial desenvolvido por entidade independente, que inclui uma revisão dos pressupostos actuariais em que o mesmo se baseia, nomeadamente a adopção da taxa anual de crescimento das pensões igual a zero até 2015. Pela análise desses trabalhos recolhe-se a indicação de que se encontram assegurados os níveis mínimos de solvência face às responsabilidades assumidas, estando essa informação divulgada na Nota 22 do Anexo às demonstrações financeiras do conjunto das actividades da SCML e na Nota 19 do Anexo às demonstrações financeiras do Departamento de Jogos;
- (ii) Face aos créditos detidos sobre as Administrações Regionais de Saúde (ARS), decorrentes da facturação iniciada em Maio de 2003, que se encontram integralmente provisionados, foram celebrados, em 2010, acordos escritos para cobrança de dívidas ao CMRA com a ARS Alentejo e os Centros Hospitalares de Lisboa Oriental e de Lisboa Central;
- (iii) À semelhança dos exercícios anteriores, os juros obtidos pelas aplicações das disponibilidades financeiras do Departamento de Jogos (2,79 milhões de euros)



encontram-se relevados nas contas da SCML. É uma questão para a qual o Conselho de Auditoria alertou, nos seus Pareceres anuais anteriores, ainda que, para o futuro, a mesma tenha ficado resolvida com a entrada em vigor, em 25 de Março de 2011, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 44/2011, de 24 de Março, que estabelece o seguinte: “...o valor dos resultados das aplicações de eventuais disponibilidades financeiras de tesouraria com origem nos jogos sociais é inscrito nas contas consolidadas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa...”;

- (iv) Em função da evolução histórica - decisões tomadas com autorização da tutela e testamentarias - a SCML detém presentemente uma carteira significativa de participações no capital de sociedades e de outras pessoas colectivas. Considerando que essa actividade deve ser, além de autorizada pela tutela, adequada “à prossecução das suas atribuições”, como resulta da alínea i) do nº 1 do artigo 9º dos Estatutos, o Conselho de Auditoria renova a recomendação efectuada no ano anterior que a Mesa mande proceder a uma reapreciação da oportunidade das actuais participações sociais, mantendo apenas aquelas que sejam conexas com a actividade prosseguida.

11. Quanto aos resultados de 2010 apresentados nas contas consolidadas da SCML, cuja análise deveria constar do Relatório de Gestão, consideramos de destacar o seguinte:

- 11.1. O resultado líquido registado nas contas consolidadas de 2010 da SCML, sem Departamento de Jogos, atingiu o montante positivo de 7,38 milhões de euros (26,74 milhões de euros, em 2009). Esta redução de 72,4% foi determinada essencialmente pela diminuição dos resultados operacionais que se apresentam negativos em 2010 (-1,25 milhões de euros), face ao valor positivo obtido em 2009 (17,7 milhões de euros) e pela redução dos resultados financeiros (-5,0%).
- 11.2. Por sua vez, os resultados operacionais da SCML em 2010 (-1,25 milhões de euros) acentuam uma queda que se tem registado nos últimos anos, desde que, em 2005, atingiram 161,2 milhões de euros, tendo passado para 98,6 milhões de euros em 2006, para 53,6 milhões em 2007 e para 18,2 milhões em 2008 (em referencial POC) e 17,7 milhões em 2009 (em referencial SNC).



Esta evolução decorreu essencialmente da redução nos últimos anos dos resultados globais do Departamento de Jogos e do acréscimo de gastos provenientes do aumento da actividade. Com efeito, os resultados dos jogos atribuídos à SCML decresceram 18,8 milhões de euros em relação a 2009, quando, nesse ano, tinham crescido 1,1 milhões de euros face a 2008.

Dos gastos incorridos destacam-se os aumentos verificados com fornecimentos externos (+12,8%) e outros gastos e perdas (+10,5%) e gastos/reversões de depreciação e amortização (+7,3%), bem como as reduções de gastos com o pessoal (-9,7%), da redução de perdas por imparidade nos investimentos não depreciables (-100,4%), e de redução de provisões (aumentos/reduções) (-106,1%).

11.3. Os últimos sete anos de actividade da SCML têm constituído um período de maior desafogo em matéria de recursos financeiros da Instituição tendo para isso contribuído em larga escala os resultados proporcionados pelo euromilhões. Não obstante, o Conselho de Auditoria manifesta a sua apreensão face à inflexão para valores negativos dos resultados operacionais ocorrida no exercício de 2010 que considera tratar-se de um indicador de alerta no sentido de ser salvaguardada a sustentabilidade futura da acção social que a SCML tem assegurado ao longo dos mais de cinco séculos da sua história.

11.4. Para o resultado líquido obtido pela SCML em 2010 contribuíram ainda os resultados financeiros positivos de 8,9 milhões de euros (9,4 milhões de euros em 2009).

11.5. Quanto ao Departamento de Jogos, o resultado líquido global atingiu, em 2010, o valor de 433,4 milhões de euros (497,0 milhões de euros, em 2010), representando uma redução de 12,8% em relação ao ano anterior. Para a quebra registada contribuiu o comportamento das receitas do euromilhões que regista uma redução de 90,8 milhões de euros (- 9,3%), um aumento dos gastos com o imposto do selo sobre as apostas de 40,7 milhões de euros (+220 %), um crescimento de 24,6 milhões de euros (+3,4 %) do valor dos prémios atribuídos e um crescimento de 3,8 milhões de euros (+4,7 %)



das remunerações dos mediadores. Por outro lado, registou-se um crescimento dos réditos brutos dos restantes jogos sociais.

- 11.6. Sendo o euromilhões a principal fonte de recursos da SCML, o Conselho de Auditoria tem analisado a evolução do que designou como a propensão média às apostas no euromilhões medido pelos proveitos brutos *per capita* obtidos por este jogo em cada país aderente por lhe parecer constituir um indicador internacional que, do nosso ponto de vista, deve merecer particular atenção. Assim, Portugal continua a ser o país aderente ao euromilhões que proporciona a este jogo proveitos brutos *per capita* mais elevados, que representa 3,5 vezes a média dos nove países aderentes. Esta desproporção estatística reduziu um pouco face ao ano anterior (3,9 vezes a média em 2009) mas é representativa da exposição a que os proveitos do Departamento de Jogos se encontram face a este jogo específico. Este indicador pode constituir também um alerta face à eventualidade do comportamento do apostador vir a evoluir no sentido da aproximação aos padrões internacionais traduzidos pela média dos nove países.
- 11.7. Dos resultados apurados pelo Departamento de Jogos coube à Santa Casa o montante de 127,4 milhões de euros (147,1 milhões de euros, em 2009) e ao CMRA a quantia de 4,54 milhões de euros (5,06 milhões de euros em 2009).
- 11.8. A diferença entre o resultado apurado (433,4 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários, nos termos da lei e, em especial, do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de Março (433,1 milhões de euros), corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos.
12. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a actividade desenvolvida pela Mesa no âmbito da gestão global da Instituição e as medidas adoptadas. Obteve informação e documentou-se sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna no sentido de assegurarem e velarem pela aplicação de boas práticas profissionais na gestão desta Instituição. Reuniu-se com os Auditores Externos para



esclarecimento sobre as metodologias de trabalho adoptadas e sobre as bases para as conclusões obtidas que serviram de suporte à emissão do presente Parecer.

13. No processo de aperfeiçoamento, modernização e simplificação da forma de apresentação do Relatório e Contas da SCML, entende o Conselho de Auditoria ser seu dever recomendar que seja revista a estrutura e conteúdo do documento de prestação de contas que deverá evoluir no sentido da predominância da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas e do respectivo relatório de gestão consolidado, sem prejuízo da apresentação de contas individuais das entidades abrangidas pela consolidação das contas da SCML que constituam entidades jurídicas autónomas, com número de pessoa colectiva distinto, remetendo para o detalhe por centros de resultados / centros de investimento as entidades que não tenham personalidade jurídica própria, cumpridas que sejam as obrigações legais aplicáveis.

Nesse sentido, deverá ser ponderada a apresentação de contas consolidadas da SCML com e sem Departamento de Jogos, salvaguardada que seja a apresentação de contas separadas para este Departamento em cumprimento da lei. O tipo de relatório que acompanhe essas contas consolidadas deverá, em nosso entender, evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição e menos para um Relatório de Actividades demasiado detalhado e de cariz interno. Desse relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respectiva execução orçamental, matérias que estão ausentes do actual Relatório relativo a 2010.

Entendemos que deverá ser também reavaliada a inclusão nos próximos anos nas contas consolidadas da SCML do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Santa Casa 2004”, dadas as suas características específicas e gestão própria e autónoma, atenta a tutela própria por parte das entidades de supervisão a que as sociedades gestoras de fundos e os fundos de investimento imobiliário estão sujeitos, para além de que, nos termos do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, não nos parece que a SCML exerça uma influência dominante ou controlo na gestão daquele Fundo e, muito menos, que a gestão se exerça como se as duas entidades, SCML e Fundo Imobiliário, constituíssem uma única entidade.

É assunto que, a nosso ver, deverá ser adequadamente ponderado.

14. O Conselho de Auditoria regista o esforço desenvolvido pela Mesa no aprofundamento da reestruturação orgânica que tem vindo a ser implementada em cumprimento dos novos Estatutos o que lhe tem permitido a criação de novas respostas às necessidades sociais com que se tem confrontado e a melhor adequação aos novos tempos da intervenção humanitária no apoio aos mais desfavorecidos e carenciados que esta prestigiada Instituição tem protagonizado ao longo dos mais de cinco séculos da sua história. Face às perspectivas financeiras que decorrem da evolução dos resultados operacionais caracterizada neste Parecer, a menos que a situação se altere com o lançamento de novos jogos sociais, o Conselho de Auditoria renova a recomendação de que a expansão da oferta de serviços de acção social deva continuar a ser planeada dentro dos limites da sua sustentabilidade futura.

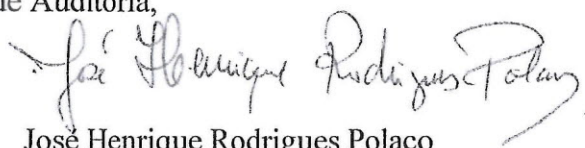
PARECER

15. Face ao exposto, somos de parecer que merece aprovação o Relatório e Contas apresentado pela Mesa, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

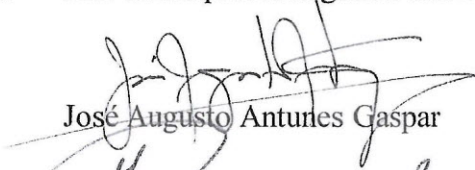
Finalmente, o Conselho de Auditoria regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada pela Mesa e por todos os serviços contactados.

Lisboa, em 6 de Abril de 2011.

O Conselho de Auditoria,



Presidente: José Henrique Rodrigues Polaco



Vogal: José Augusto Antunes Gaspar



Vogal: Joaquim Manuel da Silva Neves